

ECONOMIA SOLIDÁRIA E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DA SOLIDARIEDADE NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

*Sedenir Fiore **

RESUMO:

Este artigo apresenta uma reflexão acerca da relação entre o desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária na região Oeste de Santa Catarina e a caracterização destes com o valor da solidariedade. Nesta abordagem construída, a solidariedade é observada como catalisador, na medida em que estabelece uma nova relação entre trabalho e trabalhador, na qual o trabalhador é protagonista do processo produtivo. Esta análise constrói a idéia que a solidariedade, reconhecida nos empreendimentos da economia solidária como traço característico, oferece a possibilidade de novas formas de organização do trabalho distintas das clássicas capitalistas. Neste contexto cria-se a relação direta entre o valor da solidariedade e a organização das relações de trabalho nos empreendimentos de economia solidária.

Para melhor compreensão do leitor o artigo apresenta-se em quatro partes: Um breve resgate da gênese e da constituição do conceito de economia solidária, as formas de organização do trabalho dentro desses empreendimentos, a relação direta entre economia solidária e o valor da solidariedade e algumas considerações finais. A metodologia utilizada para este trabalho parte de fontes secundárias dos autores mencionados em seu desenvolvimento, bem como, de meios eletrônicos.

1. ECONOMIA SOLIDÁRIA – GÊNESE E CONCEITO

Quando se fala em economia solidária é difícil apresentar uma gênese exata, sendo que, a História é um processo dialético no qual os eventos se reinventam em cada contexto socioeconômico e esse evento passou a ser percebido somente quando se mostrou como novidade para o contexto ao qual se prestava.

Os primeiros pensadores da economia solidária surgem no início do século XIX, na Europa e com mais expressividade na França e Inglaterra, são eles: Claude Saint-Simon

* Mestrando do Programa de Pós- Graduação em História da Universidade de Passo (UPF).
E-mail: sedenir.fiore@yahoo.com.br.

(1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1808-1865) e Robert Owen (1773-1858). Estes estudiosos elaboraram modelos sociais para uma sociedade cooperativista, porém não apresentaram uma formulação objetiva de como transformar tal sociedade, por isso, foram chamados por Marx de Socialistas Utópicos. (LECHAT, 2002).

Charles Fourier idealiza uma sociedade constituída por fazendas coletivas agroindustriais, na qual todos trabalhariam conforme suas vocações com o objetivo do bem estar coletivo. A divisão da riqueza se daria de acordo com a qualidade e quantidade do trabalho de cada um (LECHAT, 2002).

Já Proudhon, considerado o precursor do anarquismo e fervoroso crítico da propriedade privada, idealiza uma sociedade formada por pequenos produtores, que obteriam financiamento de um banco de trocas para aquisição dos meios de produção e onde o dinheiro seria substituído por certificados de circulação, fazendo com que houvesse apenas a troca de serviços. (LECHAT, 2002).

Robert Owen, proprietário de uma indústria têxtil instalada na Inglaterra, coloca-se a frente da libertação da classe trabalhadora. Owen defende a criação de uma sociedade comunista, que se daria através da organização de colônias cooperativas, objetivando o fim da propriedade privada e dos meios de produção. Cria duas cooperativas desse tipo, uma no Reino Unido, em 1839 e outra nos EUA, em 1825. (LECHAT, 2002).

Durante o século XIX, temos na Europa vários empreendimentos cooperativos nascidos de diferentes maneiras, sendo: Associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação entre outras, como explica Singer:

Muitas das cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos anos 30 (do século XIX) eram dessa espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Algumas dessas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de sociedades beneficentes cujo os membros provinham do mesmo ofício. Em outros casos, pequenos grupos de trabalhadores simplesmente se uniam, sem qualquer patrocínio formal e iniciavam sociedades por conta própria (SINGER, 2002, p.29).

Principalmente na Inglaterra, mas também nos Estados Unidos e na França, no século XIX, observa-se a presença de empreendimentos cooperativistas geralmente liderados pelos movimentos sindicais incipientes e uma forte oposição do patronato. A mais famosa cooperativa que se tem registro é a cooperativa dos pioneiros de Rochdale¹. (LECHAT, 2002).

Pode-se inferir que a implantação desses empreendimentos com uma nova dinâmica econômica se dá basicamente em tempos de crise, quando o atual sistema é contestado ou sofre desconfiança. (LÉVESQUE, 1999), Assim Singer observa que a economia solidária em seus primórdios é revolucionária pois faz oposição a estrutura capitalista de organização do trabalho em tempos de crise, diz ele:

Esta é a origem histórica da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de “cooperativismo revolucionário” o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela se tornou evidente a ligação essencial entre a economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo (SINGER, 2002, p.35).

Na Europa do século XIX podemos destacar dois momentos importantes de crise na economia; Primeiro as décadas de 1830 e 1840, momento em que acentua-se a concorrência e onde nascem como resposta ao empobrecimento, as doenças e mortes do operariado as cooperativas de produção; O segundo se dá entre os anos de 1873-1895, momento em que a Europa enfrenta uma crise econômica sobretudo no setor agrícola, para sobreviver alguns pequenos agricultores passaram a se organizar em cooperativas agrícolas. (LÉVESQUE, 1999).

Contudo os avanços mais significativos na busca de benefícios trabalhistas acontece após a segunda guerra mundial, esses avanços segundo Singer levaram o movimento sindical a

¹ Fundada em 21 de dezembro de 1844 no bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra), 27 tecelões e uma tecelã fundaram a "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale" com o resultado da economia mensal de uma libra de cada participante durante um ano. Tendo o homem como principal finalidade, e não o lucro, os tecelões de Rochdale buscavam naquele momento uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo ganancioso que os submetiam a preços abusivos , exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças (que trabalhavam até 16h) e do desemprego crescente advindo da revolução industrial. Disponível em: < <http://www.coopesp.org.br/cooperativismo.pdf> >. Acesso em 28/11/2012.

trocar a luta pelo não assalariamento para a garantia dos direitos conquistados e pela sua ampliação, deixando a margem a busca pela implantação de empreendimentos autogestionários. (SINGER, 2002). Mas com a crise dos anos de 1970 volta-se novamente o olhar para a economia solidária, como observa Singer:

Tudo isso mudou radicalmente a partir da segunda metade dos anos 70, quando o desemprego em massa começou o seu retorno (...). Ter emprego em que seja possível gozar de direitos legais e fazer carreira passou a ser privilégio de uma minoria. Os sindicatos se debilitaram pela perda de grande parte de sua base social e conseqüentemente de sua capacidade de ampliar os direitos dos assalariados. Na realidade pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuavam empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a flexibilização de seus direitos e a redução de seus salários diretos e indiretos. Sobretudo a instabilidade no emprego e agravou e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão deve ter se intensificado. Como resultado ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos países, na realidade ela foi reinventada. (SINGER, 2002, p.110-111).

Com essa crise do sistema capitalista², o fechamento de empresas e a realidade do desemprego, com resposta surgem as iniciativas que Singer categorizou como economia solidária, a primeira expressão deste movimento foram as empresas autogeridas, ou seja, empresas que faliram, porém foram legalmente passadas a ser geridas pelos próprios funcionários com o apoio dos sindicatos.

A partir de meados dos anos 1980 vemos surgir novas utopias impulsionadas pela queda do muro de Berlim, símbolo do início de uma nova era marcada pela discussão ambiental,

² Nos últimos anos, particularmente a partir da década de 1970, o mundo passou a presenciar uma crise do sistema de produção capitalista. Após um período próspero de acumulação de capitais, o auge do fordismo e do keynesianismo das décadas de 1950 e 1960, o capital passou a dar sinais de um quadro crítico, que pode ser observado por alguns elementos como: a tendência decrescente da taxa de lucro decorrente do excesso de produção; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista(2) de produção; a desvalorização do dólar, indicando a falência do acordo de Breeton woods; a crise do Welfare State ou do “Estado de Bem-Estar Social”; a intensificação das lutas sociais (com greves, manifestações de rua) e a crise do petróleo que foi um fator que deu forte impulso a esta crise. Disponível em: < <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/marcia.html> > acesso em 28/11/2012.

pela solidariedade entre os povos e, sobretudo pelas reflexões acerca da possibilidade de uma economia social³.

A definição mais completa de economia solidária é a de Jean-Louis Laville (1994), para dar conta de iniciativas que se proliferam na Europa, ele caracteriza como economia solidária o conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta da lógica capitalista. Ao contrário da economia capitalista, centrada no capital e na acumulação e que funciona por meio de relações de competição, cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações sociais e da propriedade comunitária e da gestão democrática. (Laville, 1994) Para ele o conceito de economia solidária se constrói na tentativa de evitar o distanciamento entre o econômico e o social.

Paul Singer é um dos mais importantes economistas do Brasil com forte militância nos movimentos sociais e políticos. Sempre defendeu a economia solidária como um novo modo de produção diferente e capaz de opor-se ao modo de produção capitalista. Ele acredita que as cooperativas seriam uma forma concreta de combate ao desemprego e que a economia solidária poderia ser uma forma de gerar renda a partir de espaços alternativos de mercado, sobre isso ele publicou um artigo em 1997 no qual dizia:

Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos que esperam em vão um novo emprego a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria, individual ou coletivamente. (...). Se a economia solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência inter-capitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratualmente ligadas por laços de solidariedade. (SINGER, 1997, p.13).

Para Paul Singer a definição da economia solidária está ligada à relação entre o trabalhador e os meios de produção, sendo que “a empresa solidária nega a separação entre

³ Quanto à definição atual da Economia Social, ela é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros. (Guélin, 1988, p.13).

trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo: “(...) A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários, por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho”. (SINGER, 2002, p.04).

2. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NOS EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

No atual cenário das relações de trabalho com a incorporação das novas tecnologias de produção dentro de um mercado global identificam-se novas possibilidades de organização das relações de trabalho e de produção. (AMORIM, 2007). Entre essas novas possibilidades está a organização do trabalho dentro dos empreendimentos de economia solidária.

Esses empreendimentos configuram uma resposta às mudanças no mundo do trabalho e ao agravamento da precarização das relações de trabalho, assim a cooperação se mostra como “o mais bem sucedido meio humano de avançar sobre barreiras da desigualdade”. (VIEIRA, 2004, p. 115).

Observa-se que com a redução da quantidade de trabalho socialmente necessário houve a necessidade do aparecimento de novas formas de geração de trabalho e renda que distoam das clássicas. (LISBOA, 1999). Distoam não porque apresentam um novo modo de produção, mas porque apresentam características novas em relação ao Fordismo, Taylorismo, Toyotismo.

A partir da década de 1990 os empreendimentos de economia solidária passam de respostas emergenciais e ações assistencialistas para combater a pobreza de caráter paliativo para iniciativas bem fundamentadas geradoras de novas formas de produção e comercialização dentro do sistema capitalista. (KRAYCHETE, 2000).

De acordo com Gaiger (1999) a organização do trabalho dentro dos chamados empreendimentos de economia solidária possuem idealmente as seguintes características: autogestão, democracia, participação, equidade, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento Humano e responsabilidade social, todas em busca de uma economia transpassada pelo valor da solidariedade.

- a) Autogestão - O grande princípio teórico da autogestão é a administração pautada na cooperação e organizada pelo poder coletivo. Dessa forma um empreendimento autogestionário é por essência “constituída de um feixe de autonomias, de grupos se auto-administrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização” (MOTTA, 1981, p.133). Portanto a autogestão pode ser entendida de uma forma geral como uma gestão do coletivo, este entendido como espaço de conflitos e convergências que se estabelecem na mediação do diálogo; uma gestão democrática na qual os trabalhadores se organizam como sócios do empreendimento (SINGER, 2000).

Segundo Melo Neto (2003) não existe economia solidária sem autogestão, é nela que encontramos a autonomia e a liberdade do trabalhador, é uma forma de organização do trabalho que exige o controle do trabalhador sobre todo o processo produtivo. Nos empreendimentos instalados em Chapecó a autogestão é uma bandeira que identifica as atividades como singulares ou diferentes de outras.

Para Singer (2002) o exercício da autogestão não pode admitir relações de exploração do trabalho. Esse processo deve sim, promover a autonomia e a liberdade nas relações de trabalho, por vezes isso fica no âmbito teórico, já que na prática se apresentam muitos obstáculos para a efetivação da autogestão. Segundo Oliveira (2005) há duas dificuldades preponderantes, são elas:

A prática a que a maioria das pessoas está acostumada - ter sempre alguém que dê as ordens. É cômodo ter alguém que se preocupe com as questões do empreendimento como um todo, sendo mais fácil voltar-se à responsabilidade do seu setor, da sua função específica no empreendimento. A segunda forma é a identificação de alguns dirigentes com papel preponderante no exercício do poder no estilo tradicional. Às vezes, uma pessoa, até então com uma boa relação no grupo, quando tem a oportunidade de assumir uma função de coordenação, torna-se um dirigente autoritário. (OLIVEIRA, 2005, p.10).

Apesar dessas dificuldades a autogestão é essencialmente o coração dos empreendimentos de economia solidária, apesar das limitações, essa deve ser a característica mais zelada para que possamos caracterizar concretamente uma empresa como solidária.

- b) Decisões tomadas de maneira democrática em assembléia – como é um empreendimento associativo, as decisões referentes ao empreendimento são tomadas de maneira democrática em assembléia. Segundo Oliveira (2005) tudo é pensado coletivamente e gestado desta forma, tanto os meios de produção como os recursos da produção.

A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembléias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios. (SINGER, 2002, p.18).

Em uma coletânea produzida pelo Centro de Memória do Oeste Catarinense em 2006, Liliane Moser recolheu depoimentos de experiências de trabalhadores em empresas cooperativistas, em um desses depoimentos a cooperada denominada “A” fala sobre a dinâmica das decisões coletivas, diz ela:

É tudo decidido em reunião, em assembléia. É mais que uma firma, uma firma não é assim, chega lá, tá pronto. Na cooperativa, você é patrão e é peão na mesma hora, né! Não tem ninguém que mande, só tem que trabalha, tem que fazê aquelas metragem, né. (...) assim na hora da divisão é mais pra dividi, então já ajuda. (MOSE, 2006, p. 111).

O termo “é tudo decidido em reunião” confirma o aspecto democrático do empreendimento entendido pela entrevistada como diferente da “firma” caracterizada pelas relações hierárquicas de trabalho. Ainda ao final da entrevista ela menciona que os lucros são divididos entre os associados.

Segundo Melo Neto (2003) da democratização das decisões no processo gestor dos empreendimentos de economia solidária exige a participação efetiva de todos os trabalhadores e, sobretudo o controle coletivo sobre todo o processo produtivo.

Assim, o processo democrático, independente da estrutura social em que está inserido, segundo MARX (1975), é um processo na qual o homem com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, apropriando-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana. Não transformando apenas o material sobre o qual opera, mas imprimindo ao material o projeto que tinha em mente, dando-lhe valor-de-uso através do seu modo de operar e dos meios de que se utilizou. “No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma” (MARX, 1975, p. 205).

- c) Divisão equitativa dos excedentes da produção e a socialização do capital - O que caracteriza a divisão equitativa dentro dos empreendimentos de economia solidária é a apropriação coletiva do capital, este pode ser dividido entre os sócios de acordo com as horas trabalhadas ou reinvestido no empreendimento.

Com o objetivo de manter a equidade, a lei no. 5.764/71, que rege as empresas cooperativas, não permite que um único sócio de um empreendimento cooperativo detenha mais que um terço do capital da cooperativa. (POLONIO, 2004). Isso garante a socialização do capital de maneira todos os sócios sejam beneficiados, porém Singer (2002) nos lembra que as retiradas não são iguais para todos, mas para beneficiar a todos, diz ele:

Na empresa solidária os sócios não recebem salário, mas retirada, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente em assembléia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas. Mas a maioria das empresas opta pela certa desigualdade das retiradas, que acompanham o escalonamento vigente nas empresas capitalistas, mas com diferenças muitos menores. (...) Para o filósofo John Rauls, alguma desigualdade é tolerável desde que ela sirva para melhorar a situação dos menos favorecidos é a regra que John Rauls chama de MAXIMW. “Desigualdades são permissíveis quando elas maximizam ou ao menos todas contribuem para elevar as expectativas de longo prazo do grupo menos afortunadas da sociedade” (SINGER, 2002, p.12-13).

Segundo Singer (2002) o excedente tem sempre sua destinação decidida no coletivo, sendo que uma parte deste geralmente é colocado como capital de investimento para melhoria do empreendimento, ainda é possível guardar esse capital em um fundo, com um objetivo decido pela assembléia (educação, cultura, saúde, etc.).

Portanto, há um esforço para que o capital seja instrumentalizado em benefício de todos os sócios, não somente na sua remuneração individual mas também no que tange as necessidades do coletivo.

- d) Cooperação- responsabilidade partilhada – A cooperação dentro dos empreendimentos solidários se traduz na paridade social entre as diversas funções exercidas na empresa. É, segundo Gaiger (1999), ter a responsabilidade partilhada no processo produtivo, estabelecer laços para que todos sejam beneficiados. Paiva (2003) chama a atenção para o fator funcional da cooperação, segundo ele a cooperação funcionará exitosamente quando os sócios suprimirem os propósitos de ganhos individuais em prol dos ganhos do coletivo e todos os comportamentos oportunistas forem suprimidos.

Para Gaiger (1999) e Peixoto (2000) a cooperação é o motor para a construção de uma nova racionalidade econômica onde o capital não é o elemento central e sim, as relações cooperativas no processo produtivo. Segundo os autores pesquisas empíricas apontam que a cooperação é um elemento favorável a eficiência no trabalho.

O sucesso de um empreendimento solidário plenamente autogestionário passa necessariamente pelos efeitos de uma gestão de caráter cooperativo, é o fator cooperação que vai favorecer o rendimento do trabalho associado e a manutenção da solidariedade. (GAIGER, 2001).

- e) Auto-sustentação – essa característica diz respeito, segundo Gaiger (2004), a capacidade que o empreendimento têm de se manter economicamente a médio e longo prazo, se refere a sua auto-suficiência econômica, e por conseqüência disso, requer a

capacidade de investimento, qualificação dos trabalhadores e o emprego de tecnologias limpas.

Os empreendimentos de economia solidária, em geral, no início de suas atividades pensam na subsistência dos trabalhadores, porém haverá a necessidade eminente de uma consolidação econômica, que segundo Razeto (1990), se alcança com o desenvolvimento em diversas frentes, tais como: tecnológica, de gestão e produtiva.

Ademais disso, a auto-sustentação, segundo Gaiger (2004), dá a possibilidade da consolidação de modelos alternativos de arranjos do processo de trabalho. Assim, a autonomia econômica de um empreendimento solidário aponta para o reconhecimento deste como um campo confiável de novas relações de trabalho e práticas econômicas.

- f) Desenvolvimento humano (formação da consciência, educação e qualificação profissional) – Segundo Camacho (1996) a economia alternativa alinha-se aos múltiplos segmentos sociais que apresentam uma crítica ao sistema capitalista vigente e por conseguinte, esses movimentos tem na sua essência a tendência de promover, por ações concretas, o desenvolvimento humano e social do indivíduo.

Participar dos empreendimentos contribui para a formação das identidades e o reconhecimento de valores presentes nessa prática econômica que se ampliam para a condição humana, buscando formar sujeitos cada vez mais autônomos e solidários. Moser apresenta uma trabalhadora de codinome “N” que, ao ingressar em um empreendimento solidário em Chapecó, Santa Catarina passou a pensar os problemas de seu bairro, do seu entorno, criticamente, dis ela: “Participar da associação, organizá e planejá a padaria foi muito bom, trabalha com as colega, ter que ouvir cada uma, decidir junto e daí fazê, nunca tinha vivido, faz a gente pensá, na vida, em casa, inclusive no bairro que a gente vive”. (MOSER, 2006, p.113).

Percebe-se em “N” que, o fato de participar efetivamente de um empreendimento autogestionário e o que implica em uma reeducação para vivenciar o processo democrático, a

fez crescer humana e criticamente a ponto de começar a pensar no relacionamento com outros indivíduos e seus espaços sociais.

Segundo Coraggio (2001), um dos pesquisadores da possibilidade de desenvolvimento humano dentro dos empreendimentos solidários, a partir de experiências em âmbito local o indivíduo conecta essas experiências com análise globais. Tal conexão permite que o indivíduo desenvolva uma consciência que o leve a lutar por seus direitos dentro da sociedade.

- g) Responsabilidade social – responsabilidade social constitui-se como um dos três pilares do desenvolvimento sustentável, os outros dois são: a dimensão econômica e a dimensão ambiental. Portanto este conceito se define como a parte social do desenvolvimento sustentável, nada mais é do que ações para a promoção social do indivíduo, do meio ambiente ou da comunidade. (FROES, 1999).

Para Gaiger (2001) a responsabilidade social se traduz dentro dos empreendimentos de economia solidária como a busca ética e comprometida para a melhoria da comunidade, das relações de comércio, das trocas e intercâmbio e sobretudo, o fomento de práticas geradoras de solidariedade.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA E SOLIDARIEDADE

A economia solidária, por meio de seus diversos empreendimentos, nos parece um campo observável de novas formas de organização do trabalho, no qual Singer (2000) identifica duas especificidades: a solidariedade e autogestão que dão identidade as relações laborais nesses empreendimentos.

É solidária na medida em que estabelece uma nova relação entre trabalho e trabalhador, na qual o trabalhador é protagonista do processo produtivo e é autogestionária quando exige a participação de todos nas decisões da produção e comercialização daquilo que

é produzido. Porém Singer (2002) lembra que a economia solidária não pode se satisfazer em ser apenas uma resposta as contradições do capitalismo, mas oferecer uma alternativa viável para a superação de relações de trabalho exploratórias e propiciar as pessoas uma vida melhor.

Singer sinaliza para, mais do que práticas solidárias, para a produção de uma cultura solidária, para novas relações de trabalho sustentadas pelo valor da solidariedade e conseqüentemente pela construção coletiva. Mas será que isso é possível? O estudo de Robert Putnam (1996) sobre o desenvolvimento desigual na Itália moderna descobriu que a importância das associações coletivas estava na ação de inculcar em seus membros hábitos (cultura) da solidariedade, isso fortalecia o empreendimento na medida que isso era posto em prática.

No prefácio da obra, contribuição á critica da economia política, Max explica que há uma evolução dos sistemas produtivos e com essa evolução há também a evolução do espírito humano, conceito que ele retira de Hegel. Durante esse processo tanto a vida social material quanto a evolução da consciência humana se retroalimentam determinado o ser social. (MARX, 2008). Assim a solidariedade é possível dentro deste esquema evolutivo, ou seja, uma ação social é imbricada nas relações de trabalho, estas por sua vez, se tornam mais solidárias e geram um hábito solidário e este impulsiona uma nova ação solidária e assim por diante. Sendo que com o tempo este processo vai cristalizando e dando a identidade ao empreendimento.

Marx (2008) observa que o objetivo das relações capitalistas clássicas de trabalho é a valorização suprema do capital que se dá na exploração do trabalho humano por meio da extração da “mais-valia”. Assim na organização capitalista clássica do trabalho o que se retroalimenta é o binômio (capital – mais valia), ou seja, temos a subordinação ou subjugação do trabalho humano ao capital e alimentação de uma cultura da exploração e da individualidade.

Boaventura Santos (2002) contribui também para esta reflexão, apresentando as nove teses sobre as alternativas de produção, são elas:

Tese 1 - As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos (...); Tese 2 - O êxito das alternativas de produção depende de sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo (...); Tese 3 - As lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do estado (...); Tese 4 - As alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala (...); Tese 5- A radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda (...); Tese 6 - existe uma estreita conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal (...); Tese 7 - As formas alternativas de conhecimentos são fontes alternativas de produção (...); Tese 8 - Os critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivos (...); Tese 9 - As alternativas de produção devem ter relações de sinergia com alternativas de outras esferas da economia e da sociedade (...) (SANTOS, 2002, p. 64-73).

Percebe-se que Santos (2002) faz uma leitura de Marx observando que um empreendimento de produção alternativa só terá sucesso na medida em que consiga atingir outros processos sociais que trasbordam o econômico. Assim, o importante não é o empreendimento em si e sim, os processos culturais que ele inicia no indivíduo e na comunidade, como a promoção de valores relativos à solidariedade.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise relacional aqui construída, alicerçada nos dados apresentados demonstrou que é possível apontar a solidariedade como elemento fundante da forma de organização do trabalho dentro dos empreendimentos de economia solidária e que este valor caracteriza uma nova organização laboral.

A economia só é solidária quando estabelece uma nova relação entre trabalho e trabalhador, na qual o trabalhador é protagonista do processo produtivo, quando o trabalhador participa efetivamente de todo o processo e assim anula qualquer forma de alienação em relação ao trabalho

Portanto, podemos concluir que o elemento solidariedade confere à forma de organização das relações de trabalho dentro dos empreendimentos da economia popular solidária o status de diferente em relação às formas de organização do trabalho capitalista clássica.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

AMORIN, Luciana M. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**. Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, 2007.

CORAGGIO, José Luis. **La Relevancia del Desarrollo Regional en un Mundo Globalizado**. Revista Ciências Sociais Unisinos, vol. 37, no 159, pp. 235-258, 2001.

FROES, César; NETO, Francisco Paulo Melo. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial**: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

GAIGER, Luiz Inácio. Significados e tendências da economia solidária. In: Caderno CUT Brasil. **Sindicalismo e economia solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT**. Dezembro de 1999.

GAIGER, Luiz Inácio. **Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários**. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo. Buenos Aires, v. 7, n. 13, p.191-211, 2001.

GAIGER, Luiz. Eficiência sistêmica. In: CATTANI, Antonio (Org.). **La otra economía**. Buenos Aires, Altamira, pp. 213-220, 2004.

GUÉLIN, André. **L'invention de l'économie sociale**. Paris: Economica, 1988.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. p. 15-37.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002.

LÉVESQUE, Benoît, MALO, Marie-Claire et GIRARD, Jean-Pierre. L'ancienne et la nouvelle économie sociale. In: DEFOURNY e outros. **Economie social au Nord et au Sud**. Bruxelles : Deboeck, 1999.

LISBOA, Armando Melo de. **A economia popular no contexto da grande transformação**. Florianópolis: UFSC, 1998.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – Livro primeiro: o processo de produção do capital, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. Relatório de Pesquisa – Universidade Federal da Paraíba/Universidade de São Paulo. João Pessoa, 2004.

MOSER, Liliane. Trajetórias e narrativas de trabalhadores em programa de geração de trabalho e renda em Chapeco-SC. **Narrativas**, Chapecó: Cadernos do CEOM, v.19, n.25, p. 81-121, dez. 2006.

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, Rosângela Alves de. Educação popular na economia solidária: uma ponte para a construção do novo. In: CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MECDONALD José Brendan; MELO NETO José Francisco de (orgs.). **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDUFAL, 2005.

PAIVA JR.; LEÃO, A. L. & MELLO, S. C. B. (2003) - **Competências empreendedoras em dirigentes de êxito socialmente reconhecido**. In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. Anais... 2003, Atibaia-SP.

PEIXOTO, José. Autogestão: um modelo alternativo de reestruturação da produção. In: PONTE Jr., Osmar (Org.) **Mudanças no mundo do trabalho; cooperativismo e autogestão**. Fortaleza: Expressão, 2000.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**: A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora, 1996.

RAZETO, Luis. **Las empresas alternativas**. Montevideu: Editorial Nordan-Comunidad, 1990.

RODRIGUES, C. (2002). Para ampliar o cânone da produção. Em B. Sousa Santos (Org.), **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista** (pp. 23-64). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura S. (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo. *In: Proposta – Revista Trimestral de Debates*. São Paulo: FASE, 1997.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego**. Editora Contexto, São Paulo, 2000.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo, Cortez, 2004.